



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**

**PRESIDENTE: AURÉLIO NOMURA**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 11/09/2019

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Com a presença dos Srs. Vereadores Claudio Fonseca, Rinaldi Digilio e Fabio Riva, declaro abertos os trabalhos da décima primeira audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa realizada no ano de 2019.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço [www.saopaulo.sp.leg.br](http://www.saopaulo.sp.leg.br), *link* Auditórios *On-Line*.

A íntegra da transcrição desta audiência está disponível ao público em geral no mesmo endereço, no *link* Audiências Públicas/Registro Público.

Esta audiência tem como objetivo discutir os seguintes projetos:

PL 381/2019, do Executivo, que “aprova os melhoramentos públicos complementares do Plano Urbanístico Chucri Zaidan em cumprimento ao artigo 21 da Lei nº 16.975, de 3 de setembro de 2018”.

PL 427/2019, do Executivo que “aprova Projeto de Intervenção Urbana para o território do Arco Pinheiros, em atendimento ao inciso IV do § 3º do art 76 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 - PDE; cria a Área de Intervenção Urbana Arco Pinheiros”.

PL 428/2018, do Executivo, que “aprova o Projeto de Intervenção Urbana Vila Leopoldina-Villa Lobos, cria a área de intervenção urbana correspondente e estabelece objetivos, diretrizes, estratégias e mecanismos para sua implantação”.

Foram convidados o Sr. Fernando Chucre, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, que, segundo o Líder do Governo nesta Casa, está a caminho; o Sr. José Armênio, Presidente da SP Urbanismo, que está presente; o Sr. Leonardo Castro, Diretor de Desenvolvimento da SP Urbanismo, que também está a caminho, e o Sr. Marcelo Ignacio, Superintendente de Estruturação de Projetos da SP Urbanismo, que também está presente.

Informo que as inscrições para pronunciamento vão estar abertas na secretaria da Comissão. Peço a todos que quiserem fazer perguntas, por gentileza, comecem a se inscrever para terem direito a dois minutos de fala.

Vamos abrir a discussão com o Sr. Marcelo Ignacio, que vai falar por dez minutos.

Mas, se os senhores acharem que há necessidade de maiores detalhes, nós daremos mais dez minutos. Antes das respostas, quatro ou cinco pessoas farão perguntas e, assim, sucessivamente, até se esgotarem as inscrições.

O interesse desta audiência pública – serão várias, esta é a primeira – é exatamente informar a população sobre todos os detalhes, para esta Casa se conscientizar do que está sendo votado e quais as propostas ou sugestões que podem ser dadas a esse projeto.

Após passar pela CCJ, o projeto irá ao Plenário, onde será realizado um congresso de comissões. Portanto, temos um caminho muito longo para ser percorrido.

Então peço um pouco de paciência para vocês e como sugestão, até tendo em vista a maioria das pessoas que vieram aqui discutir o terceiro item, gostaria de propor à Comissão a inversão para que o item três seja considerado o item um, para que possamos iniciar o debate. O item três é a intervenção urbana Vila Leopoldina e a maioria das pessoas veio para esse projeto.

Os Vereadores que concordam com a inversão...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Por isso vamos começar pelo terceiro, porque o segundo não tem ninguém para responder.

Os Vereadores que concordam com a inversão do item terceiro ser considerado o item primeiro permaneçam como estão. Aprovado.

Tem a palavra o Sr. Marcelo.

**O SR. MARCELO IGNACIO** – Bom dia a todos. É uma honra estar aqui na Câmara de Vereadores, na Comissão. Era o momento que esperávamos dentro do Executivo. Sempre esperamos que o debate ocorra no âmbito do Executivo e ganhe mais corpo ainda no âmbito do Legislativo.

Então é com grande alegria que estamos aqui para responder as perguntas que surgirem e compartilhar com vocês um pouco do histórico do que foi o desenvolvimento desse

projeto no Poder Executivo, na São Paulo Urbanismo e na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Preparamos uma pequena apresentação.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

**O SR. MARCELO IGNACIO** - Esse processo do projeto de intervenção urbana Vila Leopoldina/Villa Lobos se inicia no ano de 2016, com uma manifestação de interesse particular, privado, a famosa MIP, que foi endereçada a então Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Gestão anterior, Secretário Fernando de Mello Franco e Prefeito Fernando Haddad. A empresa detentora de uma grande quantidade de terrenos naquela região da Vila Leopoldina manifestou seu interesse em empreender sobre suas glebas, uma área de mais de 100 mil metros quadrados, um projeto que tivesse sustentabilidade social e o desenvolvimento econômico para aquele local.

Em 2016, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e a São Paulo Urbanismo, que é a empresa que executa os projetos da Secretaria acatam a manifestação de interesse desses grandes empreendedores, dessa empresa com grandes propriedades na região. E começamos então a um desenvolvimento desse projeto conciliando os interesses públicos com os desejos da iniciativa privada.

Essa discussão se dá no âmbito do Poder Executivo, sempre que falamos o Executivo nos referimos aos técnicos da área da Administração da Secretaria Municipal ou da São Paulo Urbanismo, que é essa companhia municipal. Então essas discussões seguem um rito, um cronograma do chamado projeto de intervenção urbana definido por um decreto específico. Os projetos de intervenção urbana são definidos por esse decreto específico.

A partir de então foram realizadas diversas reuniões, algumas técnicas dentro da nossa área, na São Paulo Urbanismo, em reuniões de trabalho. E outras tantas reuniões, todas elas registradas no nosso site [gestaourbana.sp.gov.br](http://gestaourbana.sp.gov.br), onde está o registro de todos os encontros que houveram para a melhoria, definição e calibragem desse projeto.

Em linhas gerais fizemos três audiências públicas, a primeira, em 2016; uma

segunda, em 2018 e uma terceira, em 2019. Nessas três audiências públicas foram sendo apresentadas melhorias, ajustes a esse projeto que tinha sido apresentado como de interesse da Companhia detentora das grandes propriedades ali, a Votorantim, envolvendo demais terrenos de um perímetro junto ao portão nove ali da CEAGESP.

Dentro desse cronograma de três grandes audiências, no intervalo entre uma audiência e outra foram realizadas reuniões temáticas. Diversas reuniões temáticas abertas ao público, tanto ao público diretamente afetado por esse projeto, que são basicamente duas favelas, uma na Rua Japiassu, conhecida como Favela do Nove, e a Favela da Linha e também o pessoal que é morador do Conjunto Habitacional Cingapura, conhecido como Cingapura Madeirite.

Essas reuniões temáticas foram sendo realizadas para ir apresentando e discutindo com a sociedade, com os moradores de dentro do perímetro. Mas também com os moradores da região da Vila Leopoldina, que também são não beneficiários diretos do projeto de intervenção urbana Vila Leopoldina/Villa Lobos, mas também são afetados por qualquer projeto que aconteça naquela região.

Essas reuniões se desdobraram por reuniões temáticas de estudos habitacionais, estudos urbanísticos, estudos econômico-financeiros e modelos jurídicos. A Prefeitura, através desse instrumento chamado projeto de intervenção urbana, inova uma forma de definir parâmetros e padrões para determinadas regiões da Cidade, de uma forma que não havia antes.

O projeto de intervenção urbana, o advento da criação dessa estrutura de projeto de intervenção urbana permite que as áreas técnicas do Executivo consigam dialogar de maneira muito franca, muito aberta e transparente com a sociedade civil, com os beneficiários diretos, com os moradores da região, de tal forma que vamos à escala da rua, à escala da calçada e da unidade habitacional. E definindo em conjunto os prós e contras de uma ou outra iniciativa desse projeto.

Então a forma como chegamos atualmente no PL 428/2019, é uma forma que

entendemos pactuada junto à sociedade, tanto aos beneficiários, que são essas duas favelas, as duas comunidades mais os moradores do Conjunto Habitacional Cingapura Madeirite, que encerram aproximadamente mil e duzentas famílias beneficiadas.

Então houve um pacto firmado com essas famílias moradoras, são mil e duzentas famílias e calculamos aproximadamente quatro a cinco mil pessoas diretamente beneficiadas por esse projeto, em que a empresa proprietária de grandes terrenos deverá empreender dentro do seu próprio terreno, uma parte resultante do processo de parcelamento do solo, as primeiras 400 unidades habitacionais de interesse social, podendo reassentar as pessoas que hoje moram na Favela da Linha em novas casas, novos apartamentos. No caso, não são casas no chão, são apartamentos, unidades verticais, dentro do próprio terreno da Votorantim, para que no rito, no processo de aprovação desses empreendimentos a iniciativa privada vá empreendendo. Mas antes de começar a empreender prédios de interesse particular que empreenda, que execute a contrapartida que é a produção dessas primeiras 400 unidades habitacionais de interesse social.

Além disso, a Prefeitura envolvendo mais um ente proprietário de terreno público, a SPTrans, a São Paulo Transportes, e a Secretaria Municipal de Habitação juntamente com a Cohab, estão destinando a construção de pelo menos mais 400 unidades habitacionais em terreno de propriedade da São Paulo Transportes. Propriedade essa que tem a demarcação pelo zoneamento como Zona Especial de Interesse Social, já desde o plano diretor de 2014, é uma ZEIS 3, cuja destinação é a construção das unidades de interesse social de uma maneira ou de outra.

Então incluímos esse terreno de outra companhia pública, a São Paulo Transportes, para a geração de mais 400 unidades, o que encerraríamos pelo menos, ao todo, oitocentas; 400 dentro das próprias glebas que serão loteadas, os próprios terrenos grandes que a Companhia Votorantim tem, primeiras 400 unidades. As 400 subsequentes serão edificadas em propriedade da São Paulo Transportes.

E essas unidades também vão fazer vizinhança com outro projeto que é de

iniciativa do Executivo, da Companhia de Habitação, Cohab, junto com a Sehab, que vai envolver pelo menos mais 800 unidades no terreno da SPTrans. Não faz parte do PIU, estou só trazendo aqui porque o terreno da SPTrans é um terreno conhecido, a antiga garagem da CPTM, 30 mil metros quadrados, que vai ser também dividido e parcelado, parte desse resultado de terrenos será destinado à promoção de pelo menos 400 unidades de interesse social para outra comunidade, a Comunidade da Linha. E aí vai se somar, só para concluir o raciocínio, às unidades construídas no rito da PPP, Parceria Público Privada, liderada pela Cohab.

Em resumo, temos aqui o atendimento de novas habitações para moradores da Favela da Linha e da Favela do Nove. Unidades essas construídas no sistema de prédios, apartamentos, são unidades verticais localizadas tanto junto à antiga Metalúrgica Atlas desativada pela própria Votorantim. Então esses terrenos serão parcelados, loteados e parte deles será destinada às habitações de interesse social. E mais outra parte dessa demanda da Favela da Linha sobre o terreno da SPTrans, que se somará às unidades de PPP promovidas pela Cohab e pela Secretaria da Habitação, Sehab.

Esse é o panorama geral do projeto. Então é um projeto que concilia interesses e intenções de grandes proprietários do terreno, em que a Prefeitura de São Paulo vem desenvolvendo uma forma de melhor qualificar o desenvolvimento de longo prazo desses terrenos. Onde existia a Metalúrgica Atlas será objeto de um parcelamento ou de um loteamento. Parte desses lotes será destinada aos próprios atuais proprietários para edificarem prédios, enfim, e outros empreendimentos privados, mas a preocupação que a Prefeitura teve na São Paulo Urbanismo e na Secretaria de Desenvolvimento Urbano foi a garantia de área verde, equipamentos públicos de Saúde, Educação e obviamente as unidades habitacionais de interesse social.

Tudo isso é feito num sistema inovador - por isso que o PIU permitiu - em que só começa o projeto se conseguirmos enxergar o fim dele. Então o projeto é formado por dois momentos, duas tranches que chamamos, duas ofertas de potencial construtivo em que os

empreendedores fazem a primeira etapa, os primeiros conjuntos de habitação de interesse social mais equipamentos públicos, que ficarão situados no térreo dessas unidades.

E uma segunda etapa, a conclusão do projeto feita assim que o terreno da SPTrans for liberado para edificação, tiver sofrido o processo ordinário, natural, acompanhado pelos órgãos de meio ambiente de descontaminação. E a Prefeitura então consiga oferecer os alvarás de licenciamento para edificação tanto das unidades da demanda da Favela da Linha, como para as demais unidades objetos da PPP, Parceria Público Privada, nesse mesmo terreno da São Paulo Transportes.

Então é um projeto que começa e acaba. É um projeto em que a Prefeitura inova no sentido de não deixar uma descontinuidade, não deixar com que seja afetada a mudança natural de Prefeitos, Secretários. Isso acontece, faz parte da dinâmica, mas não pode afetar o resultado do projeto para a entrega para a população. O objetivo é que façamos em duas tranches, uma primeira que pode acontecer assim que o projeto de lei for convertido em lei e esse processo começa. O processo de parcelamento das glebas da Metalúrgica Atlas Votorantim começa a ser concretizado, ato contínuo às primeiras unidades no número, pelo menos, de 400 HIS possam ser edificadas nessa primeira tranche, nesse primeiro lote.

E o segundo lote que pode acontecer em poucos meses de diferença, o tempo suficiente apenas para liberação do terreno da SPTrans, do ponto de vista tanto administrativo, que é uma transação que existe entre um órgão da Prefeitura, a SPTrans, e outro, a Secretaria de Habitação, que é quem coordena a política habitacional do Município. Feita essa liberação administrativa e ambiental, quer dizer, tendo os alvarás de descontaminação, o licenciamento autorizado, a segunda etapa acontece. E o projeto é concluído do ponto de vista da edificação.

Só para fechar as inovações, a estrutura inovadora, tanto é inovador do ponto de vista jurídico, porque fazemos ele começar e acabar, como é inovador do ponto de vista econômico-financeiro, porque fazemos com que a quantidade de prédios que o privado edifique naqueles terrenos, a contrapartida financeira que é conhecida como outorga oneroso, seja automaticamente convertida num número fechado de unidades habitacionais de interesse



social sempre em quantidade suficiente para o atendimento daquela população.

Não posso deixar de mencionar, falei em mil e duzentas unidades, as famílias beneficiadas do próprio Conjunto Cingapura, que hoje existe os prédios, são construídos, as unidades estão lá, mas sofre com o processo de degradação da ocupação de suas áreas comuns, as áreas condominiais, ou estacionamentos, ou áreas ajardinadas, essa ocupação acabou levando a uma população satélite no Madeirite, que também será atendida como demanda do projeto de intervenção urbana Vila Leopoldina/Villa Lobos.

Então o conjunto será reabilitado. As famílias que ali estão já foram cadastradas pela Secretaria de Habitação e já temos um número praticamente fechado, número bastante conhecido que faz com que essa inovação econômico-financeira seja sustentável. E aí entregues as unidades, entregue a reabilitação do Cingapura, será possível e está dentro do projeto, a manutenção dele ao longo de cinco anos. Cinco anos da entrega da chave essas famílias serão assistidas sob o ponto de vista da vida em condomínio, do regimento, dessa nova fase que essas famílias beneficiárias terão. Então esse acompanhamento social e condominial será feito também no âmbito do projeto pelos empreendedores que adquirirem o potencial construtivo que será o resultado desses prédios privados que serão feitos.

Então a iniciativa privada entra em duas pontas, entra tanto na ponta proprietária de terrenos como também na ponta adquirente do potencial construtivo. Então os futuros prédios privados só serão edificados mediante assinatura de um termo de compromisso com a Prefeitura de que para fazer os prédios as unidades de interesse social teriam de ser começadas e entregues e mantidas por cinco anos. Então esse é o modelo básico.

Não sei se bati os 10 minutos, Vereador Aurélio Nomura, então é mais ou menos isso. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Muito obrigado. Registro a presença do nosso Secretário Municipal do Desenvolvimento Urbano, Fernando Chucre, que está presente; registrar a presença também do Vereador Xexéu Tripoli; do Sr. José Armênio, Presidente da SP Urbanismo; e dos Vereadores Paulo Frange, Eduardo Suplicy e Police Neto.

Lembrar que a sala é muito pequena e aquelas pessoas que não puderam entrar estão sendo acomodadas no Auditório Oscar Pedroso Horta, na sala ao lado, que poderão fazer às devidas alegações, terão acompanhamento direto, via transmissão direta. Acredito que nada deverá afetar o acompanhamento.

Gostaria de passar então a palavra ao nosso secretário Fernando Chucre, que terá 10 minutos.

**O SR. FERNANDO CHUCRE** - Obrigado pela oportunidade. Quero agradecer aos Vereadores a oportunidade de falar um pouco sobre essa operação, mais especialmente da Leopoldina, que muito nos interessa.

Eu estive na negociação em grande parte do processo, ainda do lado da Secretaria da Habitação. Queria - mas não quero repetir o que o Marcelo falou - que os Vereadores tivessem especial atenção às duas questões mais relevantes com relação ao PIU – Projeto de Intervenção Urbana, que têm a mesma lógica das demais operações que os senhores têm discutido conosco com os demais PIUs, que, de maneira geral, tem um pouco a lógica da operação urbana. Mas essa operação, especificamente, tem inovação importante.

Se verificarmos as outras operações urbanas, eu posso dar exemplo de uma em que nós tivemos muitos problemas com relação ao atendimento habitacional, especialmente às famílias que foram atingidas pelas obras de infraestrutura. Nós temos um histórico ruim quanto a nossa capacidade, sob o ponto de vista do Poder Público Municipal, de atendimento das famílias no tempo adequado, num tempo com a maior velocidade possível. Nós causamos, geramos distorções em algumas dessas operações quanto à remoção das famílias das áreas em que residiam nas comunidades, e ficamos com elas em auxílio-aluguel por um tempo muito grande. A Água Espreada é um exemplo. Temos lá aproximadamente cinco mil famílias em auxílio aluguel, se não me falha a memória, e isso gera custo para o Município e também um alto grau de incomodidade para as famílias que são realocadas, que são removidas das suas residências e alocadas em outros lugares.

Então o que há de inovador nessa operação e o que eu acho mais importante?

Com o cadastramento estamos garantindo literalmente o atendimento habitacional a todas as famílias das comunidades do Nove e da Linha, e também a requalificação do Cingapura, isso é importante dizer. Então às famílias serão removidas no momento em que as suas unidades habitacionais estiverem prontas. Essa é a única Operação - de todas que estão tramitando, de todas que estão acontecendo no município de São Paulo - que tem essa característica, o que é um ganho importante às comunidades e aos moradores que vivem naquela região. Também é importante dizer isso.

Mais do que isso, em vez de um modelo tradicional onde as empresas, através da aquisição de outorga, depositam dinheiro num fundo que é gerido pela Prefeitura, pelo Conselho Gestor daquela operação - e partimos então para aquele processo que a gente conhece, licita o projeto, licita a obra, que é muito demorado - nesse caso a contrapartida está sendo feita em área construída, num terreno municipal que há no território da Secretaria Municipal de Transportes, na antiga garagem da CET. Vamos ganhar então em velocidade, em eficiência e na garantia de atendimento habitacional para todos residentes, para todas as famílias que estão com algum nível de vulnerabilidade naquele território. Isso é também muito relevante dizer.

A segunda vantagem que temos nessa operação, a segunda inovação que há nessa operação é a possibilidade de utilizarmos - eu vou falar entre aspas – “o terreno duas vezes”. Estamos fazendo o seguinte: além das unidades habitacionais, a área térrea, que tem acesso direto ao sistema viário, vai ser utilizada integralmente no projeto. A proposta é para a construção de equipamentos públicos que vão atender não só à comunidade, mas toda região de Vila Leopoldina, de modo geral, e também outros equipamentos. Estamos falando de comércio e serviços ligados à operação. Então no caso da PPP, somando as duas operações à PPP Leopoldina, nós vamos ter uma situação muito privilegiada sob o ponto de vista de construir cidade e não construir simplesmente habitação. Temos a oportunidade, de fato, somando os terrenos que vão ser requalificados e os que vão receber a população, mais os equipamentos públicos, comércio, o conjunto de obras da operação, de maneira geral, vamos

ter a possibilidade de construir cidade, e não apenas ficar construindo conjuntos habitacionais. Essa é então é uma questão.

Por um período trabalhei na Habitação, tínhamos dificuldade muito grande quando fazíamos aqueles conjuntos no modelo Minha Casa Minha Vida, que era só habitação, não podia ter comércio, não podia junto ter equipamento público. Tínhamos dificuldade de conseguir financiamento para as obras, o que faz parte quando você está atendendo à comunidade. Acho esses dois pontos muito relevantes.

A segunda questão é ter uma visão geral. O Leopoldina está dentro do Arco do Pinheiros, que é outro projeto encaminhado à Câmara dos Vereadores, que é um território cujo principal símbolo, cujo ponto de referência é a chamada área do CEAGESP. Acho que todo mundo está acompanhando essa discussão, há uma discussão entre Governo do Estado, Governo Federal no sentido de transferir à operação do entreposto para outra região, que pode ser no município de São Paulo, mas ainda não está definido, ou ser em outro município da Região Metropolitana porque tem alto potencial de transformação. É uma região importante sob o ponto de vista da logística e do transporte. Estamos na confluência da Castelo Branco com as marginais Tietê e Pinheiros. É uma área que tem um potencial e que - deixando claro - estamos fazendo mais unidades habitacionais com o PIU Leopoldina do que há famílias em situação de vulnerabilidade naquela região. Vamos ter então condição de fazer o atendimento para além das comunidades do PIU Leopoldina, no Arco Pinheiros. A PPP poderá atender também outras comunidades ou fazer melhorias, vai dar para atender outras comunidades ali na região, o que mostra claramente uma vocação extremamente importante no sentido da atenção. Há uma preocupação social para os projetos de infraestrutura que poderiam valorizar e expulsar eventualmente as famílias.

A nossa tese, somando o conjunto da obra, é que além da produção habitacional o acompanhamento das famílias por alguns anos, no chamado pós-ocupação, é preciso articular com políticas de outras secretarias no sentido do emprego, da renda, do empreendedorismo, da assistência social e da saúde. Então vamos ter uma oportunidade excepcional.

Por isso temos defendido junto a todos vocês, junto à Câmara, ao Vereador Nomura e junto a todos vocês, a urgência na aprovação desse projeto, pedindo celeridade, claro, cumprido todos os ritos legais estabelecidos para aprovação do projeto. Estamos defendendo fortemente que seja aprovado o mais rápido possível tanto pela inovação e quanto ao alto potencial de impacto social naquela região.

Acho que é isso Vereador.

(Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Obrigado. Nós vamos agora passar a palavra ao público que se inscreveu. Só temos um inscrito.

Por gentileza, eu pediria a vocês - eu já tinha falado desde o começo - para vocês se inscreverem ao lado, na assessoria, coloquem seu nome e a entidade.

Então vamos chamar à primeira, é a Sra. Maiara Rocha, moradora, que tem dois minutos.

**A SRA. MAIARA ROCHA** - Bom dia a todos. Queria dizer que estou muito feliz por ver toda a minha comunidade aqui, em peso. O processo de participação de vocês é fundamental para o desempenho de todo o processo.

Como foi dito, por todo esse processo nós lutamos desde 2016. Eu queria dizer que a gente escuta sobre outros cenários, mas que são cenários que, para nós, não são possíveis. Então a troca, a permuta, talvez usar parte das ZI-5, o Ceagesp, sabemos que é algo do Governo Federal administrado pelo instância estadual e que aí, depois, nós poderíamos discutir a possibilidade de permuta junto à Prefeitura. Então é importante que trabalhem dentro do que é possível, com coisas que não vão demorar porque estamos em situação vulnerável.

Aqui dentro está maravilhoso, tem ar-condicionado, mas dentro das nossas casas, com o calor que está aí fora, é questão de saúde. Recentemente, temos um exemplo: a moradora que está aqui machucou a perna; na outra audiência pública, que era feita junto à Prefeitura, teve um morador levou 30 pontos na perna. Depois de uma enchente, pisou num

bueiro e se machucou. Então estamos em situação totalmente vulnerável. É incêndio, enchente, é ventilação, é a saúde dos nossos filhos. Uma amiga que faz parte do Conselho Gestor, disse a ela a Assistente Social: desculpe, vou ter que recolher sua filha enquanto você não procurar um local mais adequado para morar.

Então assim, a gente precisa do projeto para já. São coisas que não podem demorar, mas temos que ficar viajando as coisas que são possíveis. É o que é, e pronto. (Palmas) A gente tem pressa, a gente, sim, tem pressa!

O projeto não está malfeito, mas agora estão apresentando cenários, pensando com números que não sei da onde saíram? Coisas que todos sabem não são possíveis, é só para atrasar, impugnar o projeto. Assim, nós somos também a Vila Leopoldina, somos da Vila Leopoldina, ajudamos a construir aquele bairro. Lá chegamos antes de acontecer à urbanização local, chegamos antes dos grandes condomínios. E o mínimo que queremos é respeito.

Aqui está a minha pergunta: até quando vão olhar para outros cenários e para quê? Para demorar mais? O tempo que vai levar novos estudos... Vejam o tempo que a gente levou até aqui, imaginem a possibilidade estudar outro cenário! É mais tempo e nós temos pressa, e é o que costumo falar: o PIU não é só moradia, o PIU é sonho, é realização, é oportunidade, é emprego, é muito mais do que teto sobre as nossas cabeças, o PIU é dignidade. Essa é a mensagem que quero deixar, ele é mais do que papel e de estrutura.

Outra, quem está vulnerável somos nós, ninguém precisa construir um cenário debaixo de ar-condicionado, numa casa legal, onde você tem um quarto para cada filho. Agora, nós vivemos em qual situação? Com o filho no mesmo ambiente, apenas com um banheiro, sem saneamento, sofrendo. Então quem tem de propor e aprovar o cenário somos nós porque quem está vulnerável somos nós, não é mais ninguém. Ninguém botou o pé lá para ver o quanto a gente está precisando. (Palmas)

E há uma coisa muito interessante, lá dentro vivemos com problema de drogadição dos muitos moradores de rua, e isso o projeto prevê. Outra, nesses outros cenários não têm

projeto da Prefeitura prevendo hospital; não tem projeto da Prefeitura prevendo escola, não tem. É o que eu falo: para de querer colocar coisas para atrasar. Temos que trabalhar dentro do que é possível. Procura qualquer projeto da Prefeitura que prevê hospital? Nosso hospital referência é o Sorocabano e o PS da Lapa. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Tem a palavra o Sr. José Iran do Conseg Pinheiros.

**O SR. JOSÉ IRAN** - Boa tarde a todos. Quero cumprimentar a Mesa Diretora, e o Vereador Presidente Nomura. Começo pedindo uma explicação: como é que pode, Sr. Presidente, diante da grande relevância de uma audiência pública não ter sido previsto espaço para todo mundo? Eu tive dificuldade de entrar. Eu acho que isso, penso que é descaso do poder público. Tenho sempre comentado, se me permitem, que o poder público deveria fazer um estágio na iniciativa privada para aprender como é que faz a coisa. Eu sou da iniciativa privada e lá tudo funciona. No poder público a dificuldade é enorme. É o que a minha antecessora falou, é uma dificuldade, uma complicação, tanto é que o Prefeito Bruno está entrando com a ideia do descomplica de tanto que a coisa fica complicada quando se trata do poder público. Eu acho que está na hora de vocês, poder público, fazer o *mea culpa*. Vejam quantas pessoas estão lá fora. Deviam ter reservado um espaço melhor!

Desculpe! O poder público só nos vê, só busca no dia do voto e não dá respostas à população, à sociedade. E eu estou falando de São Paulo, imagine em outras regiões. Sei que não é matéria, mas nós estamos em um momento político muito complicado no Brasil. Todo mundo está sabendo a desordem que está acontecendo, começa pelo Planalto até, sei lá, à região mais longínqua.

Espero não ter falado nada que venha constranger, mas espero possa contribuir.

Fiquem alertas, abram os ouvidos para essa população carente, necessitada, é para isso que vocês foram eleitos.

(Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Só para lembrar, quem chamou as

audiências foram os Vereadores. Essa era a única sala disponível para realizarmos as audiências e então disponibilizamos a sala ao lado. Além do que está também no *site* para que população possa acompanhar, quem não pode comparecer. O esforço que essa Câmara, que a Presidência está fazendo, nós estamos fazendo um máximo esforço e vamos realizar outras audiências, se for possível. Eu pediria a gentileza de que quando forem falar coisas assim, que perguntem antes. Esta é a única sala disponível e nós fizemos questão para ouvir a população, e estamos ouvindo primeiro à população antes de ouvirmos os Vereadores. Era isso que eu queria dizer. Muito obrigado. (Palmas)

Gostaria de chamar o Sr. Carlos Alexandre Beraldo, do Conselho da ZEIS-9.

**O SR. CARLOS ALEXANDRE BERALDO** - Bom dia, comunidade; bom dia Vereadores. É um prazer imenso estar aqui em mais uma etapa do nosso processo.

Quero sensibilizar os Vereadores, estamos num momento dificultoso em nossa comunidade, passando por necessidades terríveis, como a Maiara já disse. Hoje está fazendo 35 graus, imagina dentro da nossa comunidade, 35 graus num barraco sem ventilação! Então nós precisamos que o projeto ande porque entendemos, se tiver boa vontade dos Vereadores, em três meses está aprovado. Se não tiver boa vontade, serão dois anos.

Mas quero dizer a minha comunidade, as pessoas estão nos procurando para poder falar de cenário “a”, de cenário “b”. Já entendemos qual é o cenário que nós queremos. A Maiara disse, precisamos de um cenário e é o cenário que a Prefeitura escolheu como o mais viável para o projeto. É o que nós apoiamos desde o começo da discussão, a gente vem brigando por esse cenário, e as pessoas vêm tentando nos confundir, procurando nos convencer a escolher um novo cenário, para que comece toda aquela burocracia de um novo estudo.

Sabemos que ali há várias ZEIS e querem tirar o nosso direito. Uma ZEI é Zona de Interesse Social. Está cravado no Plano Diretor que é para fazer moradia, não é para outra coisa, é para moradia de interesse social, para nós, principalmente, nós moradores da Linha, do Nove e do Cingapura. Têm pessoas Incomodadas com a nossa presença, com a



possibilidade morarmos melhor, mas quem construiu o bairro fomos nós. Minha família está há 56 anos na comunidade, há 56 anos na Favela da Linha. (Palmas) Então quando aparece uma oportunidade digna, quando a gente aplaude, as pessoas estão querendo sabotar.

Então temos direito de trabalhar, de lavar, de passar, de dirigir, de cuidar dos filhos das pessoas que têm mais condição do que a gente, mas quando aparece uma oportunidade como essa, única em nossa vida, de morarmos melhor, dignamente, vizinho deles, somos sabotados por eles. Têm um grupo que quer fazer isso, querem nos sabotar. Estão tentando nos convencer a escolher outro cenário, falando que o proponente está ganhando muito dinheiro. Eu não estou ligando que o proponente esteja ganhando, para mim não interessa. Quem tem que discutir se está ganhando muito ou pouco é o poder público. Eu estou aqui para defender a moradia de interesse social, o direito do que é nosso e que está cravado no Plano Diretor. (Palmas) É o nosso direito de moradia, de morar num bairro dignamente, sermos reconhecidos como comunidade e não como infratores. Nós moramos ali porque não temos condições porque se tivéssemos condições nós estaríamos na Vila Leopoldina, lá em cima, na Imperatriz. Mas, nós, comunidade, somos também Leopoldina. Somos Ceasa, Ceasa é a nossa casa.

Quero sensibilizar também e dizer – como disse a minha companheira de Associação - minha vizinha, caiu num bueiro de dentro da comunidade porque não tem saneamento básico, e quebrou o tornozelo no meio. Ela é diarista, vai ficar seis meses sem trabalhar, e quem paga as contas dela? Tem família, paga aluguel, tem criança, é mãe solteira.

Então é isso, comunidade. A gente apoia um cenário que a Prefeitura escolheu, o da CMTC, que é o único cenário viável no momento para a gente.

Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Tem a palavra a Sra. Cintia Dias Coelho, moradora do Conjunto Habitacional Cingapura Madeirite.

**A SRA. CINTIA DIAS COELHO** – Bom dia. É um prazer poder estar falando nesta Casa. Para começar a minha explanação, situar o nosso lugar de fala. Estou falando como

moradora do Conjunto Habitacional Cingapura Madeirite e como estudante de Geografia da Universidade Estadual de Campinas, mais conhecida como Unicamp.

Nós sabemos que nós temos direito à habitação, respaldado por lei, esse direito tem que ser efetivado. E temos o direito à cidade. Tem uma frase maravilhosa do professor e pesquisador David Harvey que diz o seguinte: “O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos”.

Então, o que a gente vê? Os moradores dos condomínios de alto padrão da Vila Leopoldina querendo tirar o nosso direito à habitação; além disso, o nosso direito à cidade. Nós estamos situados e ocupando aquele território há mais de 46 anos.

O Ceagesp ele foi instalado na região em 1969; e nós estamos ocupando aquela área, segundo os dados, desde 1973. São 46 anos, no mínimo, porque a gente conhece moradores que moram naquela área há muito tempo.

A gente tem que ocupar a cidade. Temos o direito à cidade, o direito ao território, o direito à habitação. A gente tem de ter uma lei que respalde esse direito, e a gente quer isso efetivado, porque a gente elegeu vocês para que lutem por nós. São pessoas da área acadêmica, pesquisadores, pessoas sábias; eu também sou. Sou estudante de Geografia da Unicamp, e tenho muito orgulho do lugar de onde vim. Sou do Cingapura Madeirite, também tenho parentes, minhas irmãs e meus irmãos, que moram nas favelas da comunidade do 9 da linha. E estamos aqui para fazer barulho.

Vocês querem barulho? Vocês querem falar com gente humilde? Vocês querem falar com gente da área acadêmica? Estamos aqui. Unicamp presente; Cingapura Madeirite, presente.

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Tem a palavra o Sr. Alexandro do Paraíso Souza, morador.

**O SR, ALEXANDRO DO PARAÍSO SOUZA** – Agradecer a presença de todos. Sou Conselheiro de ZEIS; e este projeto, em nome do Senhor Jesus Todo Poderoso, será o nosso escudo e broquel e vai andar.

Agradecer a Mesa e pedir para Deus abençoar todos os que estão aqui, que vocês vão pessoas sérias; e que Deus abençoe nós todos.

Eu venho pedir o nosso direito, que é o projeto que está em andamento. Este projeto é muito importante para nós, para mim mesmo. Eu sou morador da comunidade, do Ceagesp, que é a Favela da Linha, a Favela do 9 e o Madeirite, desde criança; eu fui criado na favela; eu sou parte natural do Becos e Vieiras, eu vi a revolução acontecer.

Por isso, este projeto está sendo muito importante para nós todos, moradores, mais ainda para as nossas crianças, que é um direito de viver bem, um direito de ter condições melhores de vida, de ter um bom estudo e uma boa moradia, porque eu já sofri muito com isso, mas Deus vai abençoar que este projeto vai andar e a locomotiva do progresso do Projeto PIU está junto com nós e pessoas verdadeiras, abençoadas, que vão fazer o projeto andar.

Obrigado. E que Deus abençoe a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Tem a palavra o Sr. Adalto. O senhor foi Subprefeito da época da Prefeita Marta?

**O SR. ADALTO** - Bom dia a todos e a todas. Fui Subprefeito da Lapa, na gestão da Prefeita Marta durante quatro anos; sou um dos organizadores e fundadores do Fórum Social da Vila Leopoldina, que discute os problemas sociais da região. Na verdade, o problema social é mais gerado pela questão do Ceagesp, que é uma área de geração de emprego, renda e alimentação também da população, por isso que atrai tanta gente na região.

Infelizmente, os Prefeitos, em geral, não consideram muito o Ceagesp, mas deviam considerar mais, porque realmente ali é uma cidade anexa a um distrito. São 50 mil pessoas em 24 horas que passam ali, e são de 10 a 12 mil caminhões; não é exagero. E, em geral, os

Prefeitos tratam a Vila Leopoldina como qualquer outro distrito, mas não é.

Em virtude dessa situação, essa população toda aqui está tendo a oportunidade única, e eu tenho falado repetidamente aqui nas reuniões, única, porque isso não existe em São Paulo, talvez no Brasil e talvez no mundo.

Através do PIU Leopoldina, o Projeto de Intervenção Urbana, foi criado. Esse instrumento de discussão vem vindo desde o Plano Diretor Estratégico, na gestão anterior, do Prefeito Haddad. Eu era chefe de gabinete da Lapa, na gestão do Prefeito Haddad e ajudei a organizar e nós colocamos mais de 800 pessoas na primeira audiência que teve lá na Imperatriz Leopoldina, onde muita gente estava presente e caminhou bem.

Então por que é oportunidade única? Primeiro, o terreno, no caso da discussão que está tendo aí, é o caso da antiga garagem da CMTC, que tem problema de contaminação, mas está bem encaminhado. E o Secretário pode explicar mais detalhadamente, porque tenho pouco tempo para falar. Descontaminação do terreno está bem encaminhada e já está entregue, inclusive uma parte das construções fica com a Votorantim e a outra parte vai para uma licitação que houve lá também.

O outro terreno embaixo é da Votorantim também; é opção 1. Então temos acompanhado toda discussão, desde 2013. Nas primeiras discussões sobre o Plano Diretor Estratégico, nós do Fórum Social indicamos os terrenos para moradia popular, e esse terreno entrou. E durante a discussão nesta Casa da Lei de Zoneamento, se manteve, apesar de toda pressão contrária.

Então a discussão vem desde lá de trás, está tudo dentro da lei, não tem nada criado à parte, e nós defendemos e apoiamos o projeto de lei que está sendo apresentado pela Prefeitura nesta Casa.

Pode ser que tenha alguma alteração importante, mas é fundamental que essa oportunidade seja conseguida. Por quê? Terreno público, dinheiro de empresa privada: isso não existe. E o mais importante, que não foi falado aqui ainda: chave e contra-chave, isso não existe, vai ser entregue. Aliás, esse exemplo está sendo discutido e encaminhado na discussão

da Operação Urbana Água Branca para a antiga Favela do Sapo.

Espero que os Vereadores encaminhem bem e que aprovelem este projeto o quanto antes, porque essa população precisa; e nós vamos apoiar.

Parabéns pela presença de vocês aqui hoje.

Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Tem a palavra o Sr. Welton Vieira, do Conselho participativo da Subprefeitura da Lapa.

**O SR. WELTON VIEIRA** - Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde à Mesa, Vossas Excelências presentes do Poder Público, venho trazer uma reflexão para cada um de vocês e lembrar que o mandato de vocês foi eleito pela voz do povo e pelo voto do povo nas urnas, lembrar também que falar “não” a este projeto é negar um sonho de crianças, moradores, senhoras e senhores que moram em situação vulnerável dessa comunidade.

Sou morador da comunidade da Linha também, trabalho pelo Conselho Participativo da Subprefeitura da Lapa, e dizer “não” a este projeto é dizer “não” a grandes expectativas da cidade de São Paulo, porque o PIU Leopoldina é um projeto-piloto e é um projeto modelo para a cidade de São Paulo inteira.

Então peço que os Vereadores se sensibilizem na hora de votar; votem “sim” e votem com pressa, porque pessoas ficam doentes, a situação é vulnerável naquele lugar, só quem mora lá sabe e entende o que digo pelos constrangimentos que passam. Ao longo do tempo, foi criado um muro na Gastão Vidigal que divide Ceagesp e Vila Leopoldina. Esse elo de desigualdade social precisa ser quebrado hoje, a partir desta audiência pública. A discriminação e o desrespeito têm que acabar, porque quem dá a cara para bater é a população carente. E os senhores ficam nos bastidores levantando projetos, cenários infundáveis.

Quero agradecer a todos, e que votem a favor, e com pressa, porque a comunidade merece uma moradia digna, com respeito, e moradia social.

Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Tem a palavra o Sr. João Pedro.

**O SR. JOÃO PEDRO** - Bom dia a todos e a todas. Nobres Vereadores, muito obrigado por esta audiência pública. Eu sou João Pedro Rosin, Coordenador-Geral da União dos Moradores de Pinheiros e Lapa. Essa associação destina-se a moradores de cortiços basicamente em cortiços, que está lotado deles na Lapa, em Pinheiros, Bica de Pedra, a gente sabe como que é; também sou Conselheiro do Pronto Socorro da Lapa que todos aqui já usaram.

Com relação à moradia, é inédita essa proposta do PIU, com dinheiro da Votorantim. Nós temos que ter em mente que a Prefeitura não irá desembolsar um centavo sequer do seu orçamento, então temos que aproveitar essa oportunidade. O PIU do Arco Pinheiros vem com a arrecadação dos Cepacs para ajudar todas aquelas comunidades de favelas do Jaguaré. Além disso, vai urbanizar a região.

Nós temos que aprovar este projeto por conta disso. O dinheiro da construção aérea, que a gente chama, que é o Cepac, ficará na região, para benefício de todos: da população, do empreendedor, do industrial, do comerciante, etc. Esse dinheiro melhorará o viário, a questão da drenagem.

Com relação ao Pronto-Socorro da Lapa, eu acho que muitos aqui já usaram, infelizmente. Como Conselheiro de saúde, do Pronto Socorro da Lapa, solicito gentilmente que vocês coloquem aquela área na área da abrangência, para poder receber recursos dos Cepacs. O pronto-socorro tem mais de 50 anos, Existe o projeto do BID agora que o Secretário Edson Aparecido dará uma reformada.

Além disso, nós temos lá o Hora Certa, temos a base oeste do SAMU, temos o laboratório, temos a UBS, etc. E nós atendemos hoje 15 mil pacientes por mês. Com o fechamento do pronto-socorro do HC, estão sendo encaminhados os pacientes, todos para o pronto-socorro da Lapa, todos; está superlotado, enfim.

Não desejo para ninguém que precise usar pronto-socorro ou cemitério, mas se houver necessidade ele tem que estar presente para atender essa população. Então, por favor,

encaminhe este projeto para votação. Espero que os nobres Vereadores aprovem, para o bem de toda essa comunidade que mora lá, trabalha, usa a unidade de saúde, usa a escola pública e trabalho na região. Eles são cidadãos e cidadãs da Vila Leopoldina.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Não havendo mais inscritos, nós vamos passar a palavra ao Secretário para os seus esclarecimentos.

**O SR. FERNANDO CHUCRE** - Os depoimentos que nós ouvimos aqui confirmam duas coisas de maneira geral: primeiro, a preocupação e a discussão que houve ao longo de todo esse período de como melhor atender, como a gente sai de uma armadilha, que nós temos em outras operações semelhantes a essa, que é o auxílio-aluguel e a demora no atendimento às famílias; por isso que ela é um instrumento inovador. Isso foi colocado por todo mundo, tanto que a comunidade entendeu perfeitamente qual foi a proposta do Poder Executivo, qual foi a proposta desse PIU e está defendendo; acho que ninguém aqui se manifestou contrariamente a essa proposta.

Então, reforçando de novo o que eles disseram, acho que não tem nem mais o que dizer, a gente defende também, o Executivo está defendendo e pedindo celeridade, porque a gente acha que é importante, relevante, e esse modelo poderia ser replicado nas outras operações que nós estamos fazendo agora, nos novos PIUs especialmente, porque resolveria aquela questão.

Nós vamos fazer mais unidade habitacional com o mesmo recurso, mais unidades habitacionais, mais rapidamente, com melhores condições do que os projetos que a gente consegue desenvolver com os outros programas que nós temos de financiamento, especialmente o Minha Casa, Minha Vida, um exemplo, e outros que a gente utiliza do próprio Município nessas operações.

Quero agradecer a todos vocês pela participação ao longo de todo o processo. A gente sabe que foi um processo complexo. O que eles citaram aqui diversas vezes, acho que é importante também colocar, é que existe um grupo especificamente que defende outra tese -

hoje acho que não tem representante deles aqui, mas vocês terão oportunidade provavelmente nas outras audiências públicas de ouvi-los - mas é: "Defendemos fortemente o que está colocado no projeto de lei, que é uma solução fechada, que tem começo meio e fim, e a gente acha que tem condição de produzir as unidades muito rapidamente.

Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Parabéns! Quero cumprimentar o Secretário, todos aqui da Secretaria, a população. Eu acho que é uma grande vitória, realmente estou convencido de que nós temos que votar o mais rápido possível este projeto. Tem a palavra o Vereador Claudio Fonseca.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** – Boa tarde a todos e a todas. Às vezes, quando nós nos dirigimos às autoridades, vemos uma pessoa do outro lado e contrária aos interesses legítimos.

Eu fui proponente na Comissão de Constituição e Justiça do requerimento para a realização desta audiência pública para discutir os três projetos de lei e fui levado a fazer a apresentação desse requerimento exatamente após ouvir o Secretário Fernando Chucre.

O Secretário Fernando Chucre esteve aqui na Câmara Municipal e tem atividades que nós não conseguimos acompanhar quem está fora, não tem conhecimento, mas S.Exa. veio exatamente motivado para convencer, não só convencer, mas expor aos Vereadores o quão inovador é esse projeto: o projeto de intervenção urbana, os três.

E a mim convenceu muito quando S.Exa. falou que este é um projeto que tem começo, tem meio e tem fim. E apesar de todas as pressões daqueles que querem afastar determinadas comunidades, nós não vamos fazer como ocorreu no passado. Remove a comunidade sem garantia de moradia, coloca em qualquer canto nas piores condições, depois paga simplesmente o aluguel, por algum tempo e por um longo tempo ficam dependentes disso, enquanto se cria satisfação por pessoas que vão morar nos seus apartamentos muito confortáveis.

Tem contrapartida e o garantidor disso é o poder público, que vai fazer valer essa



norma, essa regra. Tem condições especiais para edificar habitação de interesse social, nós vamos cuidar do interesse social, nós vamos cuidar do direito de morar até mesmo acima do direito de propriedade, não negando o direito de propriedade, isso é muito importante.

Então eu queria aqui, sinceramente, o Vereador Paulo Frange também está aqui, o Vereador Police Neto e entendem muito mais do que eu sobre a questão de política urbana, mas são pessoas também com seus argumentos que nos ajudam a entender a cidade, como se ocupa o solo na cidade de São Paulo: o custo dos terrenos, o custo das edificações, mas nessa oportunidade eu posso registrar que quem me convenceu da urgência do projeto foi o Secretário Fernando Chucre, na visita que teve aqui na Câmara, conversando com os Vereadores.

Para ser correto com as pessoas peço uma salva de palmas inclusive por essa dedicação de S.Exa. O Vereador Riva conhece muito bem aquele território, também tem se empenhado, assim como o Vereador Nomura, que foi na Comissão de Constituição e Justiça. Nós contamos com os votos dos nove Vereadores para realizar audiência pública, sinalizando para a população que o nosso entendimento é de uma urgência para efetivar um projeto que é bom para a população da cidade de São Paulo e para as pessoas que moram nas condições que foram ditas aqui e que há uma responsabilidade do poder público de ter políticas públicas de habitação para essa população.

Pelo que eu vi também todos os moradores que se manifestaram entenderam a natureza do projeto, quando você tem aqueles que defendem o projeto, fica mais fácil de encaminhar. Nós temos uma tramitação do projeto, que vai passar pela Comissão de Constituição e Justiça, que ainda carece dos seus pareceres, mas eu creio que o Presidente vai pautar para que nós possamos dar o parecer, do ponto de vista jurídico, com todos os cuidados, para garantir, para dar segurança que as pessoas, de fato, vão ter suas habitações antes de começarem as edificações da compensação. Garantir os cinco anos para que você tenha total atendimento das políticas públicas da formação de como se morar. Então isso é importante e nós vamos cuidar dessa parte legal para não gerar insegurança e nem gerar

expulsões. Porque sempre quem tem muito dinheiro, nem sempre tem sensibilidade social, alguns têm, mas são poucos que tem. Então, para nós é muito importante resguardar o direito e nós vamos atuar. Da minha parte pode contar e creio que os membros da Comissão também. Nós vamos dar agilidade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Lembrando também que o Vereador Cláudio Fonseca foi o autor desse requerimento para essa audiência pública. Gostaria de passar a palavra o nosso líder do Governo, Vereador Fábio Riva.

**O SR. FABIO RIVA** – Pessoal, muito bom dia. Vou tentar aqui expressar um pouquinho da emoção e da razão. Da emoção porque você sabe que eu sou do movimento de moradia, da Associação dos Trabalhadores Sem-Teto de São Paulo. Então, eu sei o quanto é difícil a gente lutar e ter meia dúzia que é contra.

Quando o povo participa e tem a possibilidade de vir aqui mostrar o rosto, e melhor, mostrar as nossas dificuldades, aquilo que a gente sofre morando de forma subhumana, é a melhor forma de sensibilizar cada um desses Vereadores que estão aqui. E, mais do que isso, a tarefa maior é sensibilizar também os outros que não estão.

Eu tenho acompanhado o Secretário Fernando Chucre, desde o início, quando ele era Secretário da Habitação. Nós, no meu primeiro mandato, tivemos várias conversas e muitas coisas avançaram em habitação de interesse social na cidade de São Paulo.

Tivemos algumas inovações, principalmente, na aprovação da Operação Urbana Água Espriada, com a destinação de um aumento de 30% dos valores arrecadados para serem investidos em habitação de interesse social, haja vista que lá há mais de 5 mil famílias que carecem, vivem e moram recebendo o Bolsa Aluguel. E nós temos aqui uma grande oportunidade de fazer história na habitação na cidade de São Paulo. Se a importância do Pio, do trabalho da Secretaria agora liderada pelo Fernando Chucre, do Marcelo Inácio e José Armênio, da SP Urbanismo, que nunca se furtaram em nenhuma das audiências públicas a irem responder o questionamento de quem quer que seja. Nós, alguns Vereadores que estão

aqui, participaram disso.

Então, até com emoção para falar que a luta não é de um dia, muitas vezes, é de uma vida toda, principalmente, para quem luta por moradia.

São exemplos de 30, 40 anos, que estão no território, que vivem e pagam o mesmo valor do pãozinho de quem mora no apartamento de 2 ou 3 milhões de reais (Palmas), que compra no mesmo supermercado que convive com essas pessoas.

Então, quando as pessoas vêm me procurar aqui para falar que não querem vocês num terreno, que falam de contaminação e de uma série de coisas, onde eles moram também tem contaminação. Olha que ironia do destino. Muitos deles também precisaram ter as suas terras remediadas para a construção dos apartamentos. Para o pobre trabalhando na casa deles, eles querem, mas o pobre morando do lado deles, eles não querem (Palmas) Por quê não? Onde está a condição humana, a verdade, a justiça social? Estou falando do lado humano. É isso. Vocês já vivem lá. Ninguém está chegando de outro território, seus filhos estão nas creches, nas escolas, é assim que a gente quer uma cidade mais justa, mais humana.

Deixando a emoção de lado, agora, vou falar pela razão. Hoje, na condição que estou de Líder do Governo, primeiro, quero agradecer aos Srs. Vereadores que estão aqui: José Police Neto, Paulo Frange, Professor Claudio Fonseca, Aurélio Nomura que também foi Líder do Governo, aprendi e tenho aprendido muito com ele todos os dias, Eduardo Matarazzo Suplicy, isso mostra que a diversidade de Partidos se sobrepõe porque o interesse é das pessoas.

E o Prefeito Bruno Covas tem mostrado isso, demonstrado nas suas ações a importância desse projeto na Câmara, e eu já pedi para o Vereador Aurélio Nomura colocar esse projeto na Comissão, para que ele passe o relatório, pedi aos Vereadores a aprovação na Comissão de Constituição e Justiça, para que a gente possa ter a condição de começar a discutir isso em plenário e votar esse projeto. Esse é um desejo não só de vocês que são os maiores interessados para terem dignidade. Vocês moram lá e têm dignidade, mas podem ter mais. É o que a gente quer.

Nós, no papel de organização, de Liderança, na batuta do Prefeito Bruno Covas, principalmente, com a ajuda do Secretário Fernando Chucre que tem um papel importantíssimo porque também é na sensibilização, não basta só o Prefeito ou só o Secretário, o Líder do Governo, mas precisa haver um grupo que trabalhe, e a Prefeitura busca fazer isso. Vocês tenham a certeza – não precisa dizer que o voto deste Vereador vocês já têm (Palmas) – que vou transformar esse desejo pessoal com o desejo e a condição de hoje ser um projeto importantíssimo e inovador para a cidade termos o Chave contra Chave, começa só o privado a começar a construir e, depois, construir habitação de interesse social (Palmas). Olha que coisa: nós vamos fazer história.

Só para concluir, até porque é um assunto que eu gosto muito, poderia ficar aqui muito tempo discutindo, mas queria agradecer, primeiro, aos Vereadores por estarem também se empenhando, diversas bandeiras partidárias, para que a gente possa, cada vez mais, ter uma cidade mais justa, mais humana e com projetos inovadores. (Palmas)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Muito obrigado.

Só para conhecimento de todos, eu já conversei com o Vereador Rinaldi Digilio que é o Relator. Nós pretendemos colocar hoje em pauta, em votação o Projeto nesta semana. (Palmas)

Gostaria de convidar o Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy, por gentileza.

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY** – Sr. Presidente, Aurélio Nomura, queridos moradores e moradoras da Vila Leopoldina e de toda a proximidade desse Projeto.

Eu não sou desta Comissão, Vereador Aurélio, mas achei tão positivo ter podido hoje presenciar e testemunhar esta audiência. Quero cumprimentar todos os membros da Comissão de Constituição e Justiça. Eu sou da Comissão de Direitos Humanos e Educação, Esporte e Cultura, mas, hoje, inclusive, aprendi com os depoimentos o método pelo qual, inclusive, cumprimento o Secretário Fernando Chucre, Marcelo Inácio e José Armênio, por estarem cooperando com vocês para resolver um problema de grande complexidade, mas o

fato de ter havido um entendimento entre o setor privado, a Votorantim, e o Poder Público Municipal para chegar a um entendimento em que os moradores em situação não adequada hoje possam ser contemplados com uma solução tão positiva como a que aqui está descrita.

Acho que foi segunda-feira uma audiência com o Prefeito e o Fernando Chucre presentes, eu mencionei um outro problema que guarda relação com o de vocês: na ocupação Nova Laranjeiras, nada menos do que 30 mil pessoas – vocês são cerca de 4 mil pessoas – parece que é a maior ocupação da América Latina que aconteceu de dois anos para cá. Eles estão pedindo que a Prefeitura possa chegar a um entendimento que, simplesmente, perante a Juíza diz: “eu não quero pobres no meu terreno, na minha área não pode”. A Secretaria da Habitação convidou todos para uma reunião que foi, anteontem, realizada naquela Comissão de Solução de Conflitos. A reintegração está marcada para 21 de outubro, mas, presenciando isso aqui, estou vendo um exemplo que, talvez, para eles, o exemplo que aqui se coloca possa ser muito significativo e útil, portanto, quero agradecer e cumprimentar todos vocês por esse resultado. Também sou a favor do projeto. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Obrigado.

Gostaria de chamar o Vereador Xexéu Tripoli, por gentileza.

**O SR. XEXEU TRIPOLI** – Oi, gente, bom dia. Obrigado, Sr. Presidente, pela abertura. Acho que quase ninguém aqui me conhece. Caí de paraquedas. O Vereador Xexéu Tripoli que defende os animais e o meio ambiente. Eu vim aqui porque moro muito próximo: na Vila Madalena e conheço a região.

Eu acredito que todo o problema ambiental e de proteção animal, dos animais abandonados que temos nas ruas de São Paulo, nos bairros, começa na questão social. A questão social é o início de todos os nossos problemas de saúde, segurança, ambientais. Todos os problemas partem da questão ambiental e inclusão social principalmente.

Quando falo em inclusão social, eu gostaria que vocês fossem morar do lado da minha casa. Eu gostaria que vocês estivessem perto para que as pessoas pudessem se unir e não se afastar.

Então, vou dizer que gostaria de dar os parabéns ao Prefeito Bruno Covas, ao Secretário Fernando Chucre, ao Presidente desta Comissão Aurélio Nomura, pelo empenho que estão tendo em realizar esse projeto. Eu não tenho mais dúvida nenhuma. É óbvio que, quando estiver tudo *okay*, a gente tem que comemorar, mas eu acho que não tem volta. Não tem quem vá atrapalhar esse projeto aqui na Câmara Municipal. (Palmas)

Ontem, independente, eu não estou falando aqui pensando em eleição. É um projeto, uma questão apartidária, uma questão que independe o lado que cada Vereador esteja ou não. Acho que a gente dentro do plenário, junto com a Liderança do nosso amigo, Vereador Fabio Riva, que trabalha muito na área, a gente vai aprovar esse projeto, no máximo, até o final deste mês. Isso vai acontecer. (Palmas) Vereador que for para o plenário votar contra ou que tenha alguma correção sobre isso vai tomar pau aqui dentro, gente, desculpa.

Então, parabéns para o Prefeito Bruno Covas, Secretário Fernando Chucre e todos os Vereadores que se empenharam, porque desde que eu nasci vocês batalham por isso – e eu sou novinho, só tenho 56.

Parabéns a todos os envolvidos. Isso vai ser um exemplo para São Paulo.

Só uma última fala para vocês: quando tudo estiver pronto, vocês estiverem morando nesses locais, já estiver construído, e o empreendedor estiver construindo na área, reajam com o coração aberto, gente. Aceitem as pessoas que não quiseram vocês lá. É sem revanchismo. É com carinho e com amor que a gente dá o exemplo. (Palmas)

Boa sorte para todos. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Corrigindo o Vereador Xexéu, ele não tem só 50 e poucos anos. Ele tem 78 anos. Está muito bem.

Eu gostaria de chamar o Vereador José Police Neto. (Palmas)

**O SR. JOSÉ POLICE NETO** - Sr. Presidente, eu vou ser muito objetivo, mas vou dizer que é muito bom participar no momento desta audiência, mas a gente está atrasado. É importante entender que esse processo começa em 2014, dois anos depois, iniciam-se os debates, muitos dos rostos que estão aqui estavam lá no Santo Ivo, imaginando que iam ser

expulsos de suas casas. Lembro-me como se fosse hoje a comunidade chegando no Colégio Santo Ivo, dizendo o seguinte: “você vão nos expulsar na semana que vem, por que estão nos tirando daqui”. E só foi no momento em que a comunidade estudou, entendeu o projeto e participou das decisões que, de fato, começou a andar.

Enquanto era uma disputa do agente privado - o que está correto, quer desenvolver o que é bom para ele no território dele -... dialogar de maneira decisiva e verdadeira com a comunidade que estava ali, que esse processo tomou o rumo correto, e a gente está aqui hoje dando uma demonstração que a Cidade tem jeito, porque o jeito é sentar, discutir, encontrar as nossas convergências. Por que nenhum Vereador vem aqui se manifestar contra? Por que o Vereador Xexéu acabou de falar que não haverá ninguém no plenário com coragem? Porque ninguém quer estar do lado errado. É uma questão simples.

Então, para fazer o bem, para fazer a coisa certa, é muito fácil, e para fazer isso de maneira transparente, acelera processo.

Mas tem uma única coisa que a gente tem que estar muito atento: a gente sabe que esse processo foi muito contaminado por “vamos recorrer ao Judiciário”; “vamos impedir na Justiça”, portanto, a tramitação que a gente tem que dar na Câmara também tem que ser revestida de toda a correção, do espaço para quem é contrário. Quem não esteve aqui, mas deve aparecer, falar de fato o porquê não quer e que conste de maneira muito objetiva.

Xandão, é importante que quem não quer fale: “olha, eu não quero, porque eu não acho justo, construí o meu patrimônio aqui” e ter esses do meu lado e vai estar escrito lá. Isso vai ser levado, num certo momento, a juízo e o Juiz vai dizer o seguinte: “é verdade, a Cidade tem de ser segregada, tem de ter um lugar só para pobre, outro lugar só para rico” ou vai dizer “não, de fato esse foi um processo que foi construído com participação de todos, todos se manifestaram”. (ininteligível) está aqui, abriu todas as vezes as portas. A Caia está por aqui, abriu todas as vezes as portas. A comunidade nunca esteve fechada. Quantas não foram as vezes de manhã, de tarde e à noite em que fomos dentro da comunidade discutir o que a comunidade iria apresentar aos empreendedores. Com coragem, não era com medo. Era com

coragem. Dizer o seguinte: “olha, para ficar bom para a gente, tem que ser por aqui”, “ah, mas não consigo fechar a conta”, estude mais as contas. Estude mais as fórmulas.

O que importa é que deixemos claro o processo que se passou ao longo desses três anos, para, como foi dito pelo Vereador Claudio, que foi preciso, podermos construir uma nova forma de construir cidade, em que as distâncias de quem tem recurso para produzir cidade seja menor daquele que ainda não tem cidade à sua disposição. Porque aqui tem uma diferença clássica, nem sempre a cidade é construída só pela autoridade pública, como foi pensado por muitos; porque essa cidade que vai ser construída só pelo recurso público leva tempo a chegar.

Esse processo foi o de capturar diretamente recursos privados para o investimento direto e anterior, porque toda operação urbana tem recurso reservado para habitação, para Unidade Básica de Saúde. Sabem quando elas acontecem? Quando quase não tem população de baixa renda no território. Vão ver o que deu na favela do Buraco Quente. Vão ver quantos moradores do Buraco Quente estão morando onde moravam antes. Vão ver os moradores da antiga favela do Itaim, vão ver quantos deles moram no entorno da Faria Lima.

Portanto, passamos 30 anos fazendo errado e quem nos ensinou a fazer certo foram vocês, que participaram do processo. Isso importa: que contemos para todo mundo. Por isso, fechar um processo conduzido pelo nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que se importa, porque pode ser questionado judicialmente, é fundamental. Com a participação de vocês, com audiência pública, com transmissão ao vivo para quem não teve coragem de vir aqui nos assistir pela TV, pelo computador, pelo celular.

Essas são questões da forma, para que a forma não nos prejudique lá na frente. Portanto, faço questão, Sr. Presidente, de parabenizar o esforço da Comissão de Constituição e Justiça, pois não é normal essa comissão fazer audiência pública. Ela deixa normalmente para o mérito, porque essa é uma questão de mérito, a gente vai discutir no mérito se estão certo ou não os investimentos que serão realizados. Teve a coragem de trazer para cá, porque sabemos muito bem que esse processo tem de ser galvanizado por voto de cada um dos



vereadores no microfone, assim: “apoio, quero votar e quero fazer rápido“. A população merece não o nosso carinho ou nosso respeito não, mas nosso trabalho. Vamos trabalhar para que isso aconteça rápido.

Parabéns. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Muito bem. O próximo a falar é o Vereador Paulo Frange, por gentileza.

**O SR. PAULO FRANGE** – Obrigado, Presidente. Quero cumprimentar o Fernando Chucre, o Marcelo, o Armênio e dizer em nome nosso aqui da Câmara, os vereadores têm por vocês um carinho muito grande. Vocês não têm faltado em nenhuma das comissões, sou da Comissão de Finanças e em nenhum momento deixamos de ter informações quando precisamos. E vocês estão aqui hoje num dia muito importante. Na verdade, está se mostrando o acabamento de um trabalho que se iniciou lá atrás, com uma grande participação de vocês.

Fui relator da Lei de Zoneamento de 2015. Aqui há pessoas que participaram e estiveram conosco ao lado do massacre que sofremos ao longo do período da Lei de Zoneamento, onde havia problemas enormes na Cidade para serem tratados e esse aqui passou a ser um dos grandes problemas. A pressão foi muito grande naquele momento. O Eduardo Fiora lembra bem disso, pois inúmeras vezes nos falávamos por dia. O Adaulto, que falou agora há pouco acompanhou bem de perto. Outros que estão aqui, vocês mesmo, para tirar a demarcação dessa área de ZEIS 3, porque a ideia era transformar aquilo num parque.

A cidade de São Paulo, hoje, não tem condição de fazer um parque naquele espaço que dispendeu recurso desse tamanho, sendo um espaço tão nobre para dedicar à área de Habitação de Interesse Social.

Em seguida a essa pressão toda para a demarcação veio a contaminação de que nós estaríamos sendo irresponsáveis e esse processo iria ser judicializado. A Lei de Zoneamento teve 48 audiências públicas, foi o maior processo participativo que a Câmara já teve na sua história – essa última – e nenhuma interrupção por ações do Judiciário ou por erro na condução do processo até o final, porque permitiu a participação ampla e irrestrita de todos.

Ninguém está errado ao pedir uma coisa ou outra, mas é que tínhamos de ponderar.

Naquele momento, com os vereadores da comissão, o Vereador Police estava na comissão e muitos outros estavam conosco e acompanharam o processo. Avaliando o resultado, o resultado melhor para essa atividade é exatamente o que estamos vendo hoje nessa apresentação, que culmina com o final de uma história muito pesada até o momento.

Ninguém descontamina mais solo na cidade de São Paulo do que a construção civil. Ninguém. Só a construção civil descontamina. Ninguém. A indústria fica e quando vai embora deixa o terreno e desaparece, nunca soube de uma indústria que, antes de ir embora, entregasse o terreno para qualquer outro totalmente remediado, quem assume o terreno é que resolve esse problema.

Para nós ficou muito claro – eu sou médico, então é muito fácil entender – o paciente doente não está morto, está doente. Tratado, volta à sociedade de forma positiva. O terreno que está em processo de contaminação é remediado e volta a ser utilizado como sereno, curado e essa é a verdade. Esse é um problema muito fácil de resolver. A contaminação não é o problema impeditivo de nada. Não seria.

Alias, a demarcação de ZEIS 3 é exatamente o terreno ser utilizado e uma grande parte deles estão em áreas industriais. Exatamente quase todos estavam e estão ainda com contaminação e todos serão utilizados dessa forma. Primeiro se faz a remediação do solo e depois as Habitações de Interesse Social. E é isso o que aconteceu.

Então, hoje estou aqui, Vereador Nomura, muito mais poder acompanhar aquele bebê que vamos acompanhando, que de repente anda sozinha e temos medo de que atravesse a rua só. Hoje estamos vendo uma criança que está caminhando, está conseguindo atravessar a rua sozinha. Vai bater asas com certeza daqui para frente.

Essa situação que o Chucre agora há pouco comentou e também foi dito por vocês é muito interessante. Cada vez que temos um processo desse, com a participação de vocês, ganhamos no estudo e na forma de tratar os territórios do Município. Quando votamos a Operação Urbana Água Branca, o projeto tramitou por dez, 12 audiências públicas com vocês

e teve um avanço enorme até a votação. Tão importante que ele acabou contaminando com as informações positivas o próprio tratamento do Plano Diretor e da Lei de Zoneamento, que votamos em 2013; o Plano Diretor, em 14; e em seguida, votamos a Lei de Zoneamento.

Hoje essa situação do chave contra chave, como foi mencionado, é mais um ganho. Na Lei da Operação Urbana Água Branca nós, pela primeira vez, colocamos um percentual do recurso garantindo que 23% do dinheiro não poderia ser utilizado em nenhuma área, a não ser na Habitação de Interesse Social.

Agora temos uma situação muito mais interessante “eu recebo uma chave e devolvo uma habitação nova”. É mais um avanço, quem sabe para as próximas operações estaremos tratando dessa forma, para os próximos PIUs.

Portanto, finalizo com uma frase muito antiga o Governo só dá certo quando governa com a sociedade. Quando a sociedade participa com ele das ações e vai com ele até o fim tudo dá certo, ninguém governa sozinho. Os ditadores já mostraram que erraram no mundo inteiro, não acertaram em nenhum lugar do mundo até hoje. Aqui é o lugar de democracia e a participação de vocês é fundamental. Não se afastem do professo, vocês são parte dessa história. Vocês estão escrevendo uma história com este Parlamento, que é uma história que deixaremos para os filhos. Conseguimos vencer resistências e como Xexéu disse muito bem, ninguém que está no entorno é nosso inimigo, é nosso adversário. Em algum momento tivemos ideias diferentes e venceu aquela ideia que atendeu mais a expectativa do interesse público e o interesse público aqui é atender a Habitação de Interesse Social na região.

Obrigado, Presidente. Obrigado pelo carinho.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Obrigado. Encerramos a audiência, mas antes pediremos o adiamento dos PLs 381 e 427, porque logo mais essa sala será ocupada com uma nova audiência pública. A Câmara trabalha em ritmo alucinante e não há possibilidade de discutirmos outros projetos, pois teremos dez minutos para discutir dois projetos. Não seria viável, mesmo porque só a explanação feita pelo Sr. Secretário e também

pelos representantes da SPTurismo já avançaria bastante o horário previsto. Temos de devolver essa sala para a realização de outra audiência pública.

Novamente, gostaria de agradecer a presença do nosso Secretário Fernando Chucre, do Sr. José Armênio, do Edu Marcelo e também a presença dos Vereadores Fabio Riva, Suplicy, Police Neto, Paulo Frange, Tripoli. O autor da proposta dessa audiência pública é o Vereador Claudio Fonseca.

Quero cumprimentar principalmente pela presença de todos vocês, que enalteceram essa audiência pública. É pela discussão, em que a população vem, fazer suas posições, falar se está bom ou ruim o projeto, dar sua opinião, impulsionar se devemos fazer as alterações e modificações ou acelerar o projeto. Pelo que vemos, é um projeto de grande repercussão social, mas principalmente vislumbra a necessidade de corrermos com esse processo e possamos aprovar o mais rápido possível, porque todos vocês já estão há muito tempo esperando.

Vamos inaugurar um novo processo, uma nova proposta na nossa Cidade, que é a questão do PIU. Pela primeira vez, esse fato inédito, chave na mão vai ser o início de uma nova conduta, uma nova atuação junto à Prefeitura com a população com relação aos projetos que ainda virão.

Quero cumprimentar os Vereadores Paulo Frange e Police Neto, que na gestão passada, foram os precursores dessa discussão e merecem os nossos parabéns. Cumprimento novamente o nosso Secretário Fernando Chucre; o Fabio Riva, o Tripoli, ligado à parte ambiental, imagine uma pessoa morar num barraco de 40°. Acima de tudo, é uma questão ambiental também e de saúde e devemos estar ligados a ela.

**O SR. FABIO RIVA –** Pela ordem, Presidente. Só queria informar, por conta do que o Police falou, que nós, na comissão de mérito e a Comissão de Política Urbana, pelo Regimento, temos de fazer duas audiências públicas no mínimo. Então, hoje realizada essa primeira audiência pública, estou já solicitando uma segunda audiência pela Comissão de Política de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, que pode ser inclusive no território,

discutiremos com os membros da comissão e fazermos o tramite dessa audiência pública.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Ok. Gostaria de convidar vocês, pois às 14 horas abriremos a comissão da CCJ e devermos, quem sabe, votar o projeto ainda na tarde de hoje. A todos, muito obrigado.

Estão encerrados os trabalhos.

---